

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



03
2023



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Tomás Paixão Borges

Editor Adjunto: Marllon Motta da Rocha

Conselho Editorial: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Beatriz Santos, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Marques Campbell, Guilherme France, Guilherme Queiroz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Júlia Furtado Reis, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Nathalia de Oliveira, Pedro Lange Netto Machado, Stephanie Braun Clemente, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

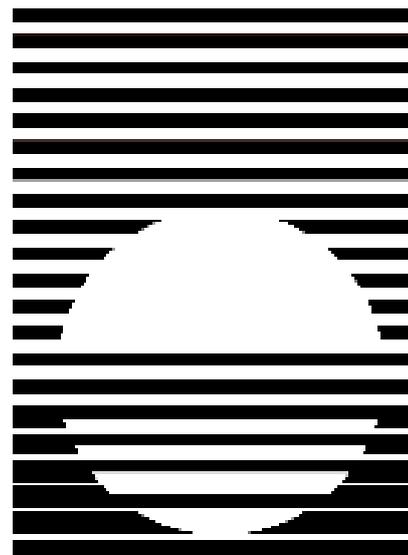
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Governo brasileiro envia ao Senado primeiras indicações de embaixadores

Brasil assume papel de mediador em questões globais e regionais

Brasil reafirma posição de autonomia em relação à Guerra da Ucrânia

Página 05

Uruguai e Brasil anunciam acordos de integração regional

Macri anuncia que não será candidato nas eleições presidenciais de 2023

Página 06

Fuga de ex-ministra equatoriana gera crise diplomática com a Argentina

Governo Boric perde votação de reforma tributária e muda ministério

Com visita da CIDH, crise política se aprofunda na Bolívia

Página 07

Crise migratória e fala de Boric abalam relações diplomáticas do Chile com Bolívia e Venezuela

Página 08

Crise diplomática entre Colômbia e Peru se acentua após retirada definitiva de embaixador

Vice-ministra das relações exteriores da Colômbia é destituída do cargo enquanto presidia negociações em Viena

Autoridades de Colômbia e Paraguai se reúnem com representantes do governo dos EUA

Página 09

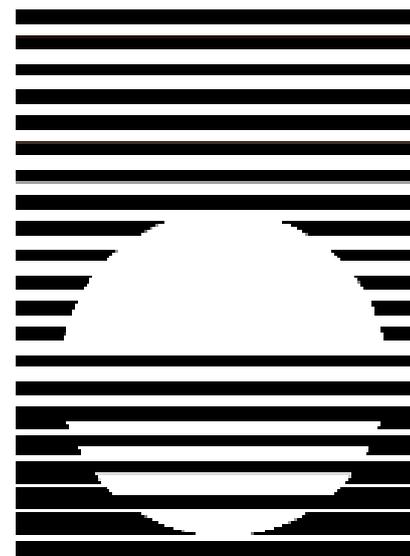
Mercosul celebra 32 anos de existência e realiza ações de cunho educacional

Brasil estreita relação com China após nomeação de Dilma Rousseff ao NBD e visita de comitiva ao país

Página 10

China fortalece o papel do yuan como moeda de troca no comércio internacional

Rússia fortalece laços com China e Irã



SUMÁRIO

Página 11

Protagonista da narrativa nacionalista de Putin, Igreja Ortodoxa Russa retorna aos holofotes



Governo brasileiro envia ao Senado primeiras indicações de embaixadores

No dia 21 de março, a presidência brasileira publicou no Diário Oficial a primeira leva de suas indicações para a chefia de postos no exterior, que a seguir devem passar por sabatinas no Senado. O ato se dá após o cancelamento de 18 indicações feitas por Bolsonaro no final do governo. Alguns dos embaixadores indicados pelo novo governo haviam sido escanteados na gestão passada. Os sete nomes indicados são Maria Luiza Ribeiro Viotti, para os EUA; Sérgio França Danese, para a ONU; Ricardo Neiva Tavares, para a França; Antonio de Aguiar Patriota, para o Reino Unido; Julio Glinternick Bitelli, para a Argentina; Paulino Franco de Carvalho Neto, para o Egito; e Everton Vieira Vargas, para a Santa Sé. Um dia antes da publicação, o chanceler Mauro Vieira se encontrou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para tratar da apreciação dos nomes pelo Senado Federal. Os indicados a embaixador serão sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, que será presidida nesse biênio pelo Senador Renan Calheiros, eleito para esta função no dia 08 de março. Uma segunda lista, com outros dez nomes que seriam indicados em breve, foi divulgada pela imprensa. O fato desta lista divulgada na imprensa não conter mulheres, tornando Viotti possivelmente a única mulher presente na totalidade das indicações, foi criticado pela Associação de Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB), que alertou que o Itamaraty estaria “perdendo mais uma chance de aplicar, na prática, a promessa de promoção de igualdade de gênero no serviço exterior brasileiro”.

Fontes: [Agência Senado](#), 08/03/2023; [CNN Brasil](#), 20/03/2023; [Diário Oficial da União](#), 21/03/2023; [Uol](#), 21/03/2023; [Poder360](#), 22/03/2023.

Brasil assume papel de mediador em questões globais e regionais

Sob o governo Lula, o Brasil reforçou em março seu papel como mediador em crises de âmbito tanto global quanto regional, atuando para intermediar o conflito na Ucrânia e a disputa política interna na Venezuela. No dia 02 de março, o presidente Lula conversou por videoconferência sobre a guerra russo-ucraniana com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky. Lula defendeu a integridade territorial da Ucrânia e

lembrou de suas conversas com os líderes da França, Alemanha e dos EUA, além de ter disposição para conversar com a China e a Rússia. Lula apresentou a Zelensky sua proposta de criar um “Clube da Paz”, reunindo um grupo de países capazes de conversar com os dois lados do conflito para construir uma solução pacífica para ele. Zelensky agradeceu o voto brasileiro na Assembleia Geral da ONU em resolução crítica à Rússia e convidou Lula para uma visita a Kiev. Ele também apresentou queixas sobre a questão humanitária causada pela guerra e afirmou a importância do Brasil como mediador. Já no dia 08 de março, uma delegação chefiada pelo assessor especial da Presidência, Celso Amorim, viajou para Caracas e se encontrou com Nicolás Maduro e representantes da oposição venezuelana. A visita faz parte do processo de normalização das relações com a Venezuela, com o reconhecimento do governo de facto e reabertura das representações brasileiras no país. Dentro das conversas, a principal aposta do governo brasileiro é a realização de eleições presidenciais legítimas em 2024, em que todos os partidos possam concorrer.

Fontes: [Uol](#), 02/03/2023; [G1](#), 09/03/2023; [ElNacional](#), 10/03/2023; [Uol](#), 11/03/2023; [ElNacional](#), 14/03/2023.

Brasil reafirma posição de autonomia em relação à Guerra da Ucrânia

No dia 27 de março, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) rejeitou o projeto de resolução proposto pela Rússia, que visava promover uma investigação “independente, transparente e imparcial” sobre a autoria dos ataques aos gasodutos de Nord Stream, em setembro de 2022. A proposta de resolução é resultado de um contexto de desconfiança em relação à integridade das investigações nacionais da Alemanha, Dinamarca e Suécia, somado à emergência de acusações do envolvimento de grupos pró-Ucrânia e dos Estados Unidos na sabotagem dos gasodutos. A resolução foi rejeitada com a abstenção de 12 países e apenas 3 votos favoráveis. Nas discussões de deliberação da proposta, o embaixador estadunidense Robert Wood reafirmou que os Estados Unidos não estavam envolvidos nos ataques e que o projeto de resolução é uma tentativa de desacreditar quaisquer conclusões das investigações nacionais que não sejam compatíveis com a narrativa política da Rússia. Nesse contexto, chamou atenção o apoio do Brasil à resolução, que votou com a China e a Rússia para a aprovação da

proposta. O embaixador Ronaldo Costa Filho pontuou que o voto brasileiro não deve ser interpretado como uma crítica às investigações nacionais, e sim como um “reconhecimento da importância de esforços adicionais e mais abrangentes por parte das Nações Unidas”. O Brasil também manteve sua posição de autonomia ao não assinar a declaração final da Cúpula pela Democracia, promovida pelos Estados Unidos entre os dias 28 e 30 de março. A declaração expressa preocupações em relação à atuação russa na Guerra da Ucrânia e solicita que a Rússia retire imediatamente todas as suas forças militares do território ucraniano. Fontes do Itamaraty afirmam que a declaração não foi assinada porque consideram que o conflito deve ser tratado no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não compareceu ao evento, mas enviou carta aos organizadores da Cúpula, na qual afirmou que em uma conjuntura de ameaça de uma nova Guerra Fria, a “bandeira da defesa da democracia não pode ser usada para erguer muros nem criar divisões”.

Fontes: [Ata de Reunião e Projeto de Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas](#), 27/03/2023; [Declaração da Cúpula pela Democracia](#), 29/03/2023; [O Globo](#), 29/03/2023; [O Globo](#), 30/03/2023; [Folha de São Paulo](#), 30/03/2023.

Uruguai e Brasil anunciam acordos de integração regional

No dia 7 de março de 2023, os governos do Brasil e do Uruguai emitiram uma declaração conjunta na qual anunciaram uma série de projetos binacionais de infraestrutura. O encontro no Brasil havia sido anunciado pela chancelaria uruguaia em 2 de março, quando foi informado que os secretários de Estado viajaram para contatar seus pares brasileiros a fim de aprofundar a cooperação em diversos assuntos de interesse comum. A delegação uruguaia foi composta pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco Bustillo; Economia e Finanças, Azucena Arebeleche; Transportes e Obras Públicas, José Luis Falero, e seu subsecretário, Juan José Olaizola. Já a comitiva brasileira foi chefiada pelo chanceler Mauro Vieira; os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; Transportes, Renan Filho; Portos e Aeroportos, Marcio França, e o secretário executivo de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcio Rosa. Guillermo Valles, embaixador do Uruguai no Brasil, e Marco Raposo, embaixador do Brasil

no Uruguai, também estiveram presentes. O grupo uruguaio viajou para Brasília para dar seguimento aos temas bilaterais abordados pelo presidente Luis Lacalle Pou e seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 25 de janeiro, em Montevidéu. Segundo os acordos anunciados pelos chanceleres, o aeroporto de Rivera se tornará binacional, a hidrovia Uruguai-Brasil será desenvolvida e uma nova ponte será construída sobre o rio Yaguarón. Os acordos permitirão fortalecer a integração física entre os dois países. Além de questões estritamente binacionais, a declaração conjunta também abordou outros temas, como o Mercosul e a cúpula do G20, que será realizada no Brasil em 2024. O Uruguai foi convidado pelo vizinho a participar da cúpula, ainda que não esteja originalmente incluído no grupo.

Fontes: [El Observador](#), 07/03/2023; [Grupo R Multimedio](#), 07/03/2023; [Ministério de Relações Exteriores do Uruguai](#), 08/03/2023; [Grupo R Multimedio](#), 08/03/2023; [El País](#), 10/03/2023.

Macri anuncia que não será candidato nas eleições presidenciais de 2023

O ex-presidente da Argentina, Mauricio Macri, anunciou que não será candidato nas eleições presidenciais de 2023. Macri governou o país entre dezembro de 2015 e 2019 com uma plataforma de governo neoliberal. Ao final de seu mandato, os desarranjos macroeconômicos haviam piorado, levando seu governo a pedir socorro financeiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A decisão de Macri se soma à da atual vice-presidente, Cristina Fernández de Kirchner. Após ser condenada pela justiça por chefiar um esquema de desvio de dinheiro público, a também ex-presidente (2007-2015) declarou que não pretende se candidatar. A decisão foi uma resposta aos que a acusaram de fazer possível uso do cargo para evitar a prisão. Kirchner e o atual governo peronista acusam a justiça de lawfare e vêm denunciando a suposta perseguição em fóruns internacionais. No partido peronista, cresce também a pressão para que o atual presidente, Alberto Fernández, não concorra à reeleição, dada sua impopularidade e baixas chances de sair vitorioso em meio ao caos inflacionário que assola o país. Caso essa tendência se concretize, as três figuras políticas mais importantes da Argentina nos últimos anos estarão fora da corrida presidencial, deixando o pleito mais imprevisível. Pelo peronismo, a tendência seria de que o atual ministro da Economia, Sergio Massa,

assuma a disputa. Pela oposição, o chefe de governo de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Lareta, e a ex-ministra da Segurança, Patricia Bullrich, aparecem como alternativas a Macri. Os dois lados terão a missão de conter o avanço do populismo de extrema-direita, que estará representado na candidatura do atual deputado Javier Milei.

Fontes: [La Nación](#), 05/03/2023; [La Nación](#), 26/03/2023; [Infobae](#), 26/03/2023; [Rio Negro](#), 27/03/2023; [Cronista](#), 27/03/2023.

Fuga de ex-ministra equatoriana gera crise diplomática com a Argentina

No dia 13 de março, o chanceler argentino, Santiago Cafiero, informou ao governo do Equador que a ex-ministra María de los Ángeles Duarte fugira para a Venezuela. A ex-ministra estava refugiada com seu filho na embaixada da Argentina no Equador por razões humanitárias e, em dezembro de 2022, teve asilo diplomático concedido pelo presidente argentino, Alberto Fernández. No entanto, o presidente equatoriano, Guillermo Lasso, negou salvo-conduto para Duarte viajar a Buenos Aires. Assim, o vice-ministro das Relações Exteriores do Equador convocou o embaixador argentino, Gabriel Fuks, para maiores esclarecimentos acerca do ocorrido e solicitou as imagens das câmeras de segurança da sede diplomática, informações e documentos, mas esses foram negados pela embaixada. Devido a isso, Fuks foi considerado persona non grata por Lasso e foi estabelecido um prazo para que o embaixador argentino deixasse o país. Segundo o Equador, foi violada a boa fé e confiança mútua entre os dois países e a medida foi necessária para restabelecer a confiança. O governo argentino argumentou que Duarte não estava mais em sua sede diplomática e que não avisara sobre sua saída. O presidente argentino ressaltou ainda que foi surpreendido pela decisão de Lasso de iniciar uma crise entre os países por causa da ex-ministra. Com o ocorrido, a Argentina adotou a mesma decisão tomada por Lasso e, no dia 21 de março, solicitou a retirada do embaixador do Equador do país.

Fontes: [Infobae](#), 14/03/2023; [Infobae](#), 14/03/2023; [CNN](#), 14/03/2023; [El Mercurio](#), 15/03/2023; [El Universo](#), 15/03/2023; [BBC](#), 15/03/2023; [El Comercio](#), 18/03/2023; [El Mercurio](#), 21/03/2023; [El País](#), 21/03/2023.

Governo Boric perde votação de reforma tributária e muda ministério

No dia 8 de março, a Câmara de Deputados do Chile votou um projeto de reforma tributária, que havia sido encaminhado pelo governo de Gabriel Boric em meados de 2022. Após cerca de oito meses de debates e negociações, o projeto foi rejeitado por 73 votos contra, 71 a favor e 3 abstenções. A proposta era considerada estratégica pelo governo para levar adiante promessas eleitorais de se avançar um Estado de bem-estar social, principalmente por meio de investimentos públicos em previdência, saúde e educação, que seriam custeados com um aumento de impostos sobre a parcela mais rica da sociedade. Diante da derrota, Boric declarou, em 9 de março, que desejava ampliar acordos políticos para que a reforma seja aprovada em uma nova instância – presumivelmente, o Senado, já que a reapresentação de um mesmo projeto na Câmara requer um ano de espera. No dia seguinte, em 10 de março, o presidente chileno fez mudanças no comando de cinco ministérios (sem, porém, relacioná-las expressamente à busca por apoios à reforma tributária): Relações Exteriores, Obras Públicas, Cultura, Esporte e Ciência. Em discurso, Boric declarou que buscava construir uma nova estabilidade e um novo equilíbrio na sua aliança de governo, a partir da nomeação de lideranças mais experientes em gestão. A mudança mais expressiva foi na pasta de Relações Exteriores, na qual houve a substituição da chanceler Antonia Urrejola e de dois subsecretários. A chancelaria passou a ser comandada por Alberto Van Klaveren, acadêmico que já foi subsecretário neste ministério durante o primeiro governo Bachelet e que tem maior diálogo com forças políticas da antiga Concertación.

Fontes: [TeleSur](#), 08/03/2023; [El Economista](#), 10/03/2023; [Pauta](#), 10/03/2023; [El Mostrador](#), 13/03/2023.

Com visita da CIDH, crise política se aprofunda na BolíviaOrtega

Uma comitiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) visitou a Bolívia, entre os dias 23 e 30 de março, em missão que procurava responder às mais de 500 solicitações de comparecimento recebidas nos últimos anos. A comitiva conversou com autoridades, como o presidente Luis Arce, e visitou Jeanine Áñez e Luis Fernando Camacho, opositores ao governo de Arce e responsáveis pelo

golpe de Estado de 2019, que se encontram em prisão preventiva aguardando julgamento, entre outras agendas. O informe preliminar da comitiva afirmou que o Judiciário boliviano segue marcado pela falta de independência. A visita ocorreu em meio a diversas tensões no país. Dias antes, o Departamento de Estado dos Estados Unidos divulgou um relatório onde apontava o crescimento das violações a direitos humanos na Bolívia. Em seguida, ainda em março, parlamentares republicanos solicitaram ao presidente Joe Biden que impusesse sanções à Bolívia em função das violações. O governo da Bolívia considerou ilegítimos os dois movimentos e afirmou que a solicitação dos parlamentares seria oportunismo político. Além disso, o país também atravessa dificuldades econômicas: depois de anos de estabilidade, quando não enfrentou as instabilidades pelas quais o restante da América Latina passava, como a profunda desaceleração e o aumento da inflação, o país vem sofrendo com falta de dólares e a diminuição de reservas no Banco Central. Em nota oficial, o Banco Central boliviano negou o quadro e afirmou que se tratavam de especulações motivadas por rumores injustificados, mas bancos e empreendimentos reportaram à imprensa dificuldade em acessar a moeda. Com isto, a crise política, que se estende no país desde 2019 e inclui as recentes disputas internas ao Movimento ao Socialismo (MAS), partido do presidente Arce, vem sendo intensificada por pressões internacionais e econômicas.

Fontes: [Latin America Risk Report](#), 07/03/2023; [Telesur](#), 21/03/2023; [La Razón](#), 21/03/2023; [El Deber](#), 29/03/2023; [El Deber](#), 31/03/2023.

Crise migratória e fala de Boric abalam relações diplomáticas do Chile com Bolívia e Venezuela

No dia 15 de março, o presidente do Chile, Gabriel Boric, acusou os governos da Bolívia e da Venezuela de não receberem os migrantes irregulares expulsos da fronteira chilena. A crise migratória, apesar de antiga, se intensificou após a entrada de centenas de venezuelanos e colombianos e ampliação da militarização em Colchane, pequena cidade no norte do Chile que faz fronteira com a Bolívia. Nas palavras de Boric, o país andino e a Venezuela não estão “reconduzindo os cidadãos que entram pela fronteira” e reforçou a necessidade de reunião

sobre o tema com “diferentes presidentes amigos da América Latina”, entre eles o próprio Luís Arce. Nos dias seguintes à declaração, diversos atores políticos bolivianos e venezuelanos criticaram a fala de Boric e as ações do governo chileno. Para o vice-ministro de Relações Exteriores da Bolívia, Freddy Mamani, não existe acordo bilateral entre o Chile e a Bolívia para a recondução de migrantes de países terceiros e o assunto deveria ser tratado diretamente com eles. Além disso, Mamani reforçou a necessidade de evitar a estigmatização negativa do migrante e qualquer ação que possa ferir os direitos humanos. Outros atores do partido do governo, o Movimento ao Socialismo (MAS), se somaram às críticas do chanceler. Para o ex-presidente Evo Morales, a “posição unilateral” de Boric sobre a recondução dos migrantes irregulares com “militarização e sem coordenação bilateral” lembram as “políticas abusivas do governo dos EUA”. No caso venezuelano, o chanceler Yvan Gil escreveu em sua conta no Twitter que o governo não recebeu solicitação para um diálogo conjunto sobre “supostas deportações” por parte do Chile e exigiu que o país vizinho respeitasse os direitos humanos dos compatriotas deportados. Após as declarações dos governos da Bolívia e Venezuela, a chancelaria chilena buscou distender as tensões diplomáticas e anunciou que as delegações teriam a oportunidade de dialogar sobre o tema na XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realizaria no dia 24 e 25 de fevereiro na República Dominicana. Na ocasião, o chanceler do Chile, Alberto van Klaveren, se reuniu com Yvan Gil, mas não há indicações diretas de que conversaram sobre o tema. Nos comunicados realizados pelas duas chancelarias, o encontro teve como foco a consolidação de espaços de diálogo para a resolução de problemas comuns entre os dois países. No caso boliviano, não foi noticiada qualquer reunião com a chancelaria chilena até o momento. A crise diplomática entre os dois Estados se dá em meio a um contexto de longo debate fronteiriço, que levou ao rompimento das relações bilaterais de Bolívia e Chile no ano de 1978. Em 2021, após a chegada de Boric ao poder, as relações diplomáticas formais entre os dois países sul-americanos foram retomadas, mas ainda de maneira incipiente.

Fontes: [La Razón](#), 15/03/2023; [Cooperativa](#), 15/03/2023; [El Deber](#), 16/03/2023; [Emol](#), 16/03/2023; [Telam](#), 16/03/2023; [BBC](#), 17/03/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Chile](#), 24/03/2023; [Ministério das Relações Exteriores da Venezuela](#), 24/03/2023.

Crise diplomática entre Colômbia e Peru se acentua após retirada definitiva de embaixador

No dia 30 de março, o governo peruano oficializou a retirada definitiva de seu embaixador da Colômbia. A medida é resultado de uma série de eventos que tem promovido um notável distanciamento entre os países desde que Pedro Castillo foi destituído da presidência do Peru em dezembro de 2022. Gustavo Petro, presidente da Colômbia, passou a fazer declarações e questionamentos sobre a postura do Congresso peruano em relação a Castillo, assim como não reconheceu Dina Boluarte, que assumiu a Presidência, como presidente legítima. Em uma primeira resposta, o Congresso peruano aprovou uma moção levantada pela Comissão de Relações Exteriores para declarar o presidente colombiano como persona non grata, o que, em princípio, representou um escalamento significativo das tensões nas relações bilaterais entre os países. A oficialização da retirada do embaixador peruano da Colômbia é a mais recente consequência dessa declaração. A nota da chancelaria peruana que confirmou a medida reitera que a decisão é mais uma resposta às acusações de Gustavo Petro sobre a realização de um golpe no Peru. O comunicado assinado pelo governo peruano também reconheceu a deterioração das relações entre os países, destacando o distanciamento dos governos do Peru e Colômbia, a partir da postura do presidente Petro. Mesmo assim, o documento que oficializou a medida indicou que o Peru espera que os países possam retomar as relações diplomáticas históricas que, no momento, estão limitadas ao nível dos encarregados de negócios.

Fontes: [El País](#), 18/02/2023; [Semana](#), 29/03/2023; [Gestión](#), 30/03/2023.

Vice-ministra das Relações Exteriores da Colômbia é destituída do cargo enquanto presidia negociações em Viena

No dia 14 de março, a vice-ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Laura Gil, foi destituída do cargo durante sua participação na 66ª Sessão da Comissão de Narcóticos das Nações Unidas, na Áustria. Antes do ocorrido, Gil, que presidia a Comissão, solicitou que a folha de coca fosse eliminada da lista de substâncias proibidas no mundo. Em sua fala, argumentou que enquadrar a planta neste aspecto na Convenção Única de 1961 foi um erro histórico contra os povos indígenas andinos. Ela também destacou que a Colômbia foi o país que mais seguiu um sistema proibicionista na guerra

contra as drogas, mas que isso não foi suficiente para atingir os resultados esperados. Nesse sentido, afirmou a intenção do governo Petro de mudar as estratégias de combate às drogas adotadas no país e chamou à responsabilidade as nações nas quais estão os mercados consumidores de substâncias ilícitas. A chanceler colombiana também pediu cooperação para a revisão da caracterização da folha de coca no cenário internacional, contando com o apoio boliviano. No entanto, durante as negociações, a Comissão recebeu a notícia de que Gil foi destituída de seu cargo. O deputado Alejandro Ocampo, presente na delegação colombiana chefiada por Gil para a Comissão, comentou o fato em entrevista. O parlamentar destacou que a ação foi inesperada para todos os presentes no evento, causando incerteza entre os diplomatas que foram enviados pelas demais nações. Ele afirmou que a ação do chanceler Álvaro Leyva gerou insegurança em relação à diplomacia da Colômbia, pois a situação colocou o país, que presidia a comissão antidrogas em Viena, como improvisador e instável, causando constrangimento. Por fim, caracterizou o feito de Leyva como um “erro colossal”. Após ser afastada do cargo de vice-ministra, Laura Gil foi nomeada embaixadora da Colômbia em Viena. Apesar de não haver pronunciamento oficial do MRE com relação ao motivo da destituição, a situação ocorreu em meio a rumores de divergências entre Gil e Leyva.

Fontes: [Semana](#), 13/03/2023; [Semana](#), 14/03/2023; [Semana](#), 14/03/2023; [El Espectador](#), 14/03/2023; [Semana](#), 15/03/2023; [El Espectador](#), 15/03/2023.

Autoridades de Colômbia e Paraguai se reúnem com representantes do governo dos EUA

No dia 27 de março, o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Julio Arriola, se reuniu com o Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken. Durante o encontro, ambos ressaltaram as boas relações bilaterais, assim como discutiram temas como o narcotráfico, os Direitos Humanos e as relações comerciais. O Paraguai reiterou seu interesse em restabelecer a exportação de carne para os EUA. No dia 28 de março, um dia após a reunião de Arriola com Blinken, o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, recebeu, em Assunção, o vice-diretor da CIA, David Cohen. De acordo com informes oficiais, o motivo da visita foi “analisar estratégias compartilhadas para o combate a ameaças globais”. No dia seguinte, em 29 de março, o mandatário paraguaio viajou para os EUA, onde visitou uma base militar em Tampa (Flórida) e seu comando de

operações especiais. Simultaneamente à agenda do governo paraguaio com os EUA, uma delegação do governo colombiano fez uma visita a Washington, entre os dias 28 e 29 de março, para o Diálogo de Alto Nível dos Estados Unidos e Colômbia. Encabeçaram o evento o chanceler colombiano Álvaro Leyva e Anthony Blinken, anfitrião da reunião. Os diálogos acontecem há treze anos, tendo sido esta a décima edição, e a primeira sob a gestão do presidente colombiano Gustavo Petro. O Diálogo de Alto Nível foi definido por Blinken como um “testemunho da solidez de uma “relação que perdura e vem se expandindo”. Da mesma forma, Leyva assegurou que Petro nunca “surpreenderá os EUA, seu grande aliado”, mas reforçou que se deve compreender que, com um novo governo colombiano, o país assumirá um novo papel no sistema internacional. Houve disposição em avançar numa agenda conjunta. No que tange às mudanças climáticas, Blinken ofereceu apoio para que a Colômbia concretizasse suas metas climáticas, desde cooperação técnica em projetos eólicos e solares até o fortalecimento da proteção da Amazônia. No campo migratório, o Secretário de Estado dos EUA sugeriu a realização de uma cúpula sobre o tema no México e elogiou a Colômbia como exemplo a ser seguido. Por fim, no que tange ao narcotráfico, Leyva fez referência ao projeto de “paz total” do governo de Petro e reforçou que o país não é mais o epicentro do narcotráfico na região, mas que está ameaçado por traficantes que devem ser combatidos em conjunto.

Fontes: [El Espectador](#), 27/03/2023; [El País](#), 27/03/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Paraguai](#), 27/03/2023; [El Tiempo](#), 28/03/2022; [El Tiempo](#), 29/03/2022; [ABC](#), 29/03/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Paraguai](#), 29/03/2023.

Mercosul celebra 32 anos de existência e realiza ações de cunho educacional

No dia 26 de março, os países membros do Mercosul celebraram os 32 anos da assinatura do Tratado de Assunção, documento fundador da organização. O bloco, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo como países associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname, desenvolveu durante esses anos pautas relacionadas não apenas ao aspecto comercial, mas também temas voltados para educação, trabalho, direitos humanos e saúde. O Dia do Mercosul, como é chamada a data comemorativa, teve ações como a divulgação de materiais e orientações para que os países-membros realizassem atividades culturais para as crianças da educação infantil, elaboradas pelo Setor Educacional

do bloco. Além disso, na mesma semana, a Argentina sediou o 3º Fórum Mundial de Direitos Humanos, envolvendo o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul (Parlasul) em agendas como encontros parlamentares para discutir políticas públicas e direitos humanos na América Latina. Destaca-se, ainda, a retomada da participação ativa do Brasil no tema. O ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, participou do Fórum Mundial, além de se encontrar com o diretor-executivo do IPPDH.

Fontes: [Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania](#), 16/03/2023; [Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania](#), 24/03/2023; [Ministério da Educação do Brasil](#), 24/03/2023.

Brasil estreita relação com China após nomeação de Dilma Rousseff ao NBD e visita de comitiva ao país

No dia 28 de março, a ex-mandatária do Brasil, Dilma Rousseff, assumiu a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do grupo BRICS, com sede na China. Indicada pelo atual presidente brasileiro, Lula da Silva, Dilma teve seu nome aprovado após passar por uma espécie de sabatina com os ministros da economia dos países integrantes do bloco. A petista assumiu o lugar de Marcos Troyjo, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2020, e deve permanecer no cargo até meados de 2025, quando encerra o mandato brasileiro à frente do NBD. Inicialmente, a ideia era que Lula estivesse presente na posse de Dilma, em Shanghai, como um dos pontos de sua agenda de trabalho em visita oficial à China. Dias antes da viagem, contudo, Lula foi acometido por uma pneumonia e acabou adiando o compromisso, remarcado para o dia 11 de abril. Apesar da frustração, empresários brasileiros que acompanhariam Lula à China mantiveram sua agenda no dragão asiático, onde participaram, no dia 27 de março, de um seminário sobre desenvolvimento sustentável, mudança climática e economia verde (Fórum Brasil-China), realizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em parceria com o Center for China and Globalization (CCG). No dia 29, um grupo de executivos brasileiros fez um tour, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), em empresas chinesas consideradas gigantes no mercado global. Nesse mesmo dia, o Banco Central do Brasil assinou um memorando de entendimento com o Banco Central da China que prevê o estabelecimento de um mecanismo financeiro para a conversão direta das

moedas dos dois países em transações comerciais. A recomposição das relações diplomáticas com Pequim no governo Lula tem despertado preocupação no establishment político em Washington e tornou-se objeto de discussão em audiência realizada no Congresso estadunidense em 15 de março.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 15/03/2023; [G1](#), 24/03/2023; [BBC](#), 25/03/2023; [O Globo](#), 26/03/2023; [G1](#), 28/03/2023; [Poder 360](#), 28/03/2023.

China fortalece o papel do yuan como moeda de troca no comércio internacional

No mês de março de 2023, o governo chinês foi bem-sucedido em expandir a importância do yuan como moeda internacional de troca, consolidando acordos firmados anteriormente com Arábia Saudita, Emirados Árabes e Rússia, e estabelecendo condições para transacionar com o Brasil e com a empresa francesa. A moeda chinesa começou a ganhar relevância no comércio internacional com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, em fevereiro de 2022, quando o governo russo, sancionado pela União Europeia e EUA, passou a encontrar dificuldades para comercializar em euro e em dólar e começou a transacionar na moeda chinesa. Desde então, o yuan, que representava 4% das transações comerciais internacionais em 2019, passou a representar 7%, saltando da 8ª para a 5ª posição no ranking de moedas utilizadas entre países no comércio exterior. Em 1º de março, foi anunciado que o fundo soberano russo tem usado o yuan como divisa para o setor de petróleo e gás natural, com 60% do estoque de moeda estrangeira e 14% das transações estrangeiras realizadas em yuan. Durante a visita do presidente chinês a Moscou, realizada entre os dias 21 e 23 de março, o presidente russo, Vladimir Putin, manifestou interesse em utilizar a moeda chinesa para negociar com países africanos, americanos e asiáticos. No mesmo mês, ocorreu a viagem de uma delegação brasileira composta de representantes do governo e do empresariado, onde foi debatida a possibilidade de empresas brasileiras e chinesas negociarem em yuan e em real. A proposta busca mediar o câmbio pela operação de bancos públicos como o Banco Comercial e Industrial da China (ICBC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) brasileiro, que se responsabilizarão pela conversão entre yuan e real, em um modelo similar ao que o ICBC opera na Argentina e no Chile. Em 31 de março, a empresa estatal chinesa CNOOC fechou um grande acordo de aquisição de gás liquefeito de petróleo da empresa francesa TotalEnergies, oriundo de reservas exploradas nos Emirados Árabes Unidos,

cujas transações serão pagas em yuan. É a primeira vez que uma empresa ocidental adere formalmente ao yuan como moeda de transação internacional. Outros países exportadores de petróleo e gás natural para a China, como a Arábia Saudita e o Irã, que celebraram, em 10 de março, um acordo histórico de retomada de relações diplomáticas através da mediação chinesa, mostram interesse em diminuir a dependência do dólar para exportar hidrocarbonetos para o país asiático e para comercializar com outros países, como a Rússia.

Fontes: [Valor Econômico](#), 01/03/2023; [Folha de São Paulo](#), 10/03/2023; [New York Times](#), 11/03/2023; [O Globo](#), 21/03/2023; [Terra](#), 29/03/2023; [RFI](#), 31/03/2023.

Rússia fortalece laços com China e Irã

O presidente chinês Xi Jinping chegou em Moscou no dia 20 de março para uma visita de três dias e participou de uma série de reuniões com lideranças locais a fim de aprofundar os acordos de cooperação já existentes e estabelecer outros relacionados a comércio e tecnologia. O tão aguardado encontro com seu homólogo russo, Vladimir Putin, se deu no segundo dia da viagem, visando levantar oficialmente os debates acerca da situação atual do conflito Russo-Ucraniano. Em oposição ao cenário de formalidade esperado de uma conversa entre duas lideranças do tipo, Xi e Putin demonstraram grande proximidade e se autodenominaram “amigos”. Ambos os líderes pediram o encerramento de ações que aumentem as tensões na região e prolonguem ainda mais a guerra na Ucrânia, mas em nenhum momento houve reconhecimento de Xi quanto à responsabilização russa no que tange à crise humanitária e à violência contínua. Em nota conjunta, emitida pelo ministério das Relações Exteriores da China, ambos os líderes ainda reforçaram a importância da OTAN “respeitar a soberania, segurança e interesses” de outros países, fazendo eco à narrativa russa, que culpa a organização pela chamada “operação militar especial”. Diplomatas russos de alto escalão fizeram uso do último dia de Xi em Moscou para descrever a cooperação entre China e Rússia como uma “âncora de estabilidade em um mundo altamente volátil”. Poucos dias depois, os chanceleres de Rússia e Irã anunciaram o esboço de um acordo abrangente visando uma parceria estratégica bilateral entre os dois países. Na ocasião de sua visita a Moscou, no dia 29 de março, o chanceler iraniano Hossein Amir-Abdollahian apontou que a conclusão oficial das negociações acontecerá em breve, durante uma visita de Sergey Lavrov ao Irã, quando o documento será

assinado. Tal aproximação foi apontada por Lavrov como natural, uma vez que o Irã não estaria disposto a confrontar diretamente a Arábia Saudita e a China tem se colocado como a principal mediadora de um diálogo entre os rivais do Oriente Médio.

Fontes: [The Moscow Times](#), 21/03/2023; [The Moscow Times](#), 21/03/2023; [TASS](#), 25/03/2023; [TASS](#), 26/03/2023; [TASS](#), 27/03/2023; [TASS](#), 30/03/2023; [RT](#), 30/03/2023.

Protagonista da narrativa nacionalista de Putin, Igreja Ortodoxa Russa retorna aos holofotes

Alvo de acalorados debates que datam de muito antes da anexação do leste ucraniano pela Rússia, a questão religiosa na região voltou à tona no dia 30 de março, quando Anatoly Antonov, embaixador da Rússia nos EUA, criticou veementemente a chamada “Cúpula pela Democracia” por se calar diante de uma suposta perseguição aos fiéis ortodoxos russos na Ucrânia. Convocado pelo presidente dos EUA, Joe Biden, o evento tem o objetivo de “reforçar a democracia global e confrontar o autoritarismo”. Para Antonov, porém, o silêncio em relação ao que chama de graves violações da liberdade religiosa seria um exemplo flagrante de discriminação contra os fiéis dessa vertente e parcialidade da Cúpula. O embaixador se refere majoritariamente ao fato do governo de Kiev ter suspenso a autorização de funcionamento de templos religiosos dedicados à prática ortodoxa russa na Ucrânia, que hoje possui denominação própria. Ao se deparar com a criação da Igreja Ortodoxa da Ucrânia, em 2018, a Rússia desmembrou sua liderança religiosa e passou a contar com uma vertente ucraniana homônima que seguiu em comunhão com o Patriarcado de Moscou. Sendo assim, atualmente, os fiéis da região se dividem majoritariamente entre as Igrejas Ortodoxa Ucraniana, Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou e Ortodoxa Russa, gerando um enorme imbróglio político, uma vez que todas essas denominações dialogam de maneira próxima com as lideranças políticas locais. Por fim, Antonov fez questão de ressaltar que a Rússia não reconhece qualquer vertente religiosa cismática advinda de Kiev, pois o território ucraniano seria parte não-negociável da identidade histórica russa, e declarou apoio irrestrito aos clérigos russos que ainda guardam suas paróquias na Ucrânia.

Fontes: [The Moscow Times](#), 16/03/2023; [The Moscow Times](#), 23/03/2023; [TASS](#), 28/03/2023; [TASS](#), 29/03/2023.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

